



Juntos, conquistamos mais!

Nº 73 - Abril/2017

**ETECs, FATECs, ADM Central  
TODOS UNIDOS RUMO À .....**

# GREVE GERAL

**Em unidade com todos os  
trabalhadores brasileiros!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**



# 28/4 2017

Vamos protestar contra as reformas do governo Temer e mostrar ao governo Alckmin que queremos reajuste e negociação da nossa Pauta de Reivindicações!

- Contra a Reforma da Previdência!
- Contra a Reforma Trabalhista!
- Contra a Terceirização!
- Contra a mutilação do Ensino Médio e defesa dos nossos cursos!
- Reajuste salarial, já!
- Encaminhamento imediato do projeto de equiparação dos administrativos à Lei 1.080/2008!
- Extensão do enquadramento por titulação para todos!
- Entre outras reivindicações!

Participe da assembleia setorial na sua unidade e some fileiras na greve geral de 28/4!

Todos os detalhes em [www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br)

*Sem pressão, reajuste salarial não vai acontecer!*

**Participe das assembleias setoriais até 27/4**

*Objetivo é discutir e definir a posição dos trabalhadores da unidade sobre a proposta de greve dos trabalhadores do Centro a partir de 5/5*

**Sem pressão, equiparação dos administrativos à Lei 1.080 volta pra gaveta**  
*Pág. 3*

**Reajuste de 32,34% para todos e muito mais: Veja o que estamos reivindicando**  
*Pág. 4*

**Escola sem Partido na berlinda**  
*Pág. 5*

**Vem aí o VIII Congresso dos Trabalhadores do Centro**  
*Pág. 7*



**Greve geral em 28/4: Na pág. 8, confira 3 grandes motivos para aderir**

Ano decisivo para a população trabalhadora

# Luta por salários dignos e defesa dos nossos direitos sociais e trabalhistas se entrelaçam em 2017

O momento atual combina dois aspectos opostos. De um lado, sofremos um conjunto gigantesco de ataques, que ameaçam retroceder o país às condições sociais de quase cem anos atrás.

Por outro lado, vivemos um momento rico de unificação da classe trabalhadora, movimentos estudantis e populares, para enfrentar os governos recheados de corruptos – do central ao estadual –, que tentam aprovar medidas há décadas sonhadas pelos empresários da Fiesp, empreiteiras, bancos, latifundiários. Em 2016, estes setores se juntaram, tendo um grande pato amarelo como porta bandeira, e colocaram no Planalto uma camarilha composta com o que há de pior na política nacional, com o objetivo de jogar sobre os trabalhadores todo o ônus da crise que eles mesmos criaram. Para recompor suas margens de lucro, passaram a atacar a população trabalhadora com reformas (Previdência, Trabalhista, terceirização) que têm como meta cortar direitos sociais e precarizar as relações de trabalho.

O Sinteps aposta no fortalecimento da unificação da classe trabalhadora e da luta. A conjuntura atual exige dos trabalhadores e estudantes reação firme e organizada, como única forma de impedir retrocessos sociais gravíssimos. Embora tente emplacar todos estes ataques, o governo Temer é fraco, sem apoio da população, e pode ser derrotado!

No Centro Paula Souza, estamos em plena campanha salarial, impulsionando a luta contra o arrocho salarial e por condições dignas de trabalho. Nossa data-base, período em que apresentamos ao “patrão” as nossas reivindicações, é 1º de março, mas até agora não houve negociações efetivas.

Pressionada pela mobilização crescente – especialmente com a expressiva adesão das ETECs e FATECs à paralisação de 15/3 – a Superintendência se apressou e encaminhou comunicado sobre o bônus, já para tentar esfriar a mobilização. O que não foi suficiente, conforme é possível constatar pelo resultado acirrado na primeira rodada de as-

sembleias setoriais, que culminou com a decretação do estado de greve. E, com medo que movimento dos trabalhadores floresça, o governo Alckmin divulgou, após o resultado das assembleias, a intenção de enviar à Assembleia Legislativa um projeto de lei para equiparar o salário dos administrativos ao que prevê a Lei 1.080/2008 (*leia detalhes na pág. 3*). Mas isso é ainda pouco e, por enquanto, sequer se concretizou, pois nem uma perspectiva de data para encaminhamento do projeto foi apresentada aos trabalhadores.

Por isso, temos que avançar na mobilização. Temos que travar as lutas relacionadas à data-base em sintonia com a resistência aos pesados golpes que vêm de Brasília. Uma forte adesão à greve geral, convocada pelas centrais sindicais para 28 de abril, é um passo importantíssimo. Não só para engrossarmos a reação contra as reformas, que nos atingem diretamente, mas também para sinalizar ao governo Alckmin nossa força e disposição de

lutar por reajuste salarial e demais reivindicações da data-base 2017.

Passado 28 de abril, o chamado é por uma greve da nossa categoria, por tempo indeterminado, a iniciar-se em 5 de maio. Na página seguinte, veja como participar das assembleias setoriais previstas para acontecer até 27 de abril.

A hora é de reação e luta! Nosso futuro está em jogo!

*Cartaz do Sinteps convoca para a greve geral em 28/4. Sua unidade vai aderir? Informe urgente para [sinteps@uol.com.br](mailto:sinteps@uol.com.br)*



Participe das assembleias setoriais até 27/4 para...

## Discutir a deflagração da greve dos trabalhadores do Centro a partir de 5/5

Como divulgado anteriormente, a rodada de assembleias setoriais realizada de 20 a 30 de março apontou que, embora o descontentamento seja generalizado nas ETECs e FATECs, há uma divisão em relação à proposta de GREVE da categoria por tempo indeterminado. O Sindicato esteve presente em dezenas de unidades neste período, em todas as regiões do Estado, atingindo aproximadamente 10 mil trabalhadores do Centro. Frente a essa divisão, a direção do Sinteps declarou o ESTADO DE GREVE, com vistas a ampliar a mobilização para a data-base anual!

Os indicativos para esta nova etapa da mobilização são os seguintes:

**27 de abril:** Novo prazo para realização de assembleias setoriais. Nelas, os trabalhadores devem opinar sobre a proposta de GREVE POR TEMPO INDETERMINADO a partir de 5 de maio. A dica vale para as unidades que ainda não fizeram a assembleia ou para aquelas em que já houve, mas que ainda resta uma parcela expressiva que não opinou.

**28 de abril:** Participação na GREVE GERAL convocada pelas centrais sindicais, em conjunto com as demais categorias de trabalhadores, contra as reformas trabalhista e da Previdência, a terceirização e o confisco de direitos da população (leia mais na pág. 8). A intenção é fortalecer a luta nacional contra as reformas e, ao mesmo tempo, esquentar a mobilização na nossa campanha salarial.

**2 de maio:** Tabulação final das assembleias setoriais.

**5 de maio:** Se esta for a decisão da maioria, ato público em SP, em frente à Administração do Centro, para lançamento da GREVE DA CATEGORIA POR PRAZO INDETERMINADO

Obs: Modelo de ata/lista de presença está no site, em "Data-base 2017". Se não há diretor sindical em sua unidade, façamos a CORRENTE DO BEM (qualquer trabalhador da unidade pode tomar a iniciativa), como já fizemos na greve de 2014. Envie o resultado por e-mail para [sinteps@uol.com.br](mailto:sinteps@uol.com.br) até as 22 horas do dia 27/4, para que possamos tabular os resultados das assembleias e conhecer o posicionamento da categoria em todo o estado.

### Iniciativas que continuam na ordem do dia

Na primeira etapa da mobilização na campanha salarial deste ano, o Sinteps indicou à categoria um conjunto de iniciativas, em paralelo à realização das assembleias setoriais, com vistas à decretação da greve geral da categoria. Nesta nova etapa que se inicia agora, a orientação é retomarmos parte das iniciativas já implementadas anteriormente. São elas:

- Distribuição de carta aberta à comunidade

- Coleta de abaixo-assinado em defesa das nossas reivindicações

- Envio de e-mails ao governador Alckmin; ao secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Márcio França; ao secretário de Ges-



tão Pública, Marcos Monteiro; e à superintendente do Ceeteps, Laura Laganá.

- Ida às Câmaras de Vereadores para solicitar moção de apoio às reivindicações da categoria, a ser encaminhada ao governador, ao secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e à Superintendência do Ceeteps.

- Ida aos escritórios políticos dos deputados estaduais da região, para cobrar apoio às nossas reivindicações.



Obs: Todos os materiais indicados acima estão no site, em "Data-base 2017". Após colhido o abaixo-assinado e as moções junto aos parlamentares, digitalize e envie para [sinteps@uol.com.br](mailto:sinteps@uol.com.br)

## Sem pressão, equiparação salarial dos administrativos à Lei 1.080/2008 vai voltar pra gaveta

A equiparação salarial dos administrativos à Lei 1.080/2008 (que rege os administrativos dos demais segmentos do serviço público paulista) é uma reivindicação antiga do Sinteps. No entanto, ela estava parada nas secretarias de governo há meses. A notícia de que o governador, finalmente, pretende enviar um projeto à Assembleia Legislativa (Alesp) para aprovar essa equiparação, certamente, é fruto da mobilização crescente dos trabalhadores da instituição.

O Sinteps não conhece o teor do projeto que o governo diz que enviará à Assembleia Legislativa, embora venha cobrando sistematicamente a sua divulgação. O comunicado expedido pela Superintendência em 4/4 não explicita se o pessoal de emprego público em confiança estaria incluído.



Na reivindicação de equiparação à Lei 1.080/2008, apresentada pelo Sindicato, consta a inclusão dos servidores técnicos e administrativos em emprego público permanente, servidores estatutários e em emprego público em confiança.

Tão logo o projeto do governo seja tornado público e enviado à Alesp, o Sindicato apresentará emendas para inserir as reivindicações de todos os segmentos da categoria, seja por equiparação, reajuste ou promoção especial. Mas sabemos que a mobilização da categoria será decisiva para termos sucesso.

No site ([www.sinteps.org.br](http://www.sinteps.org.br)), leia matéria que explica as principais dúvidas em relação à equiparação dos administrativos à Lei 1.080/2008: a origem da reivindicação, valores, o que pedimos para o pessoal do quadro em confiança etc.

Relembrando...

## O que estamos reivindicando na data-base 2017

Além da equiparação salarial do pessoal administrativo à Lei 1.080/2008, temos outras prioridades na data-base 2017: reposição salarial com base nos índices da inflação medida pelo ICV-Dieese (queremos 32,34% para todos, que corresponde à inflação não paga em 2014, 2015 e 2016, bem como a previsão para 2017); respeito à política salarial com os índices do Cruesp (os mesmos pagos na Unesp); valorização aos administrativos; extensão do enquadramento por titulação a todos; revisão da carreira de 2014; plano de saúde; auxílio alimentação, entre outros.

Acompanhe a seguir os principais pontos da Pauta:

### Reposição de 32,34% para todos

Em relação ao índice salarial, estamos reivindicando 32,34% para todos. Esse número leva em consideração o fato de que não tivemos reposição alguma em 2014, 2015 e 2016 e a previsão inflacionária para o ano de 2017.

### Equiparação do piso dos técnico-administrativos à Unesp

Além da reposição inflacionária para todos, a Diretoria Executiva propõe um abono para os técnico-administrativos, com a incorporação aos vencimentos, a fim de recuperar as perdas específicas deste segmento. Com este abono, a intenção é equiparar os pisos à Unesp, uma vez que o Centro ainda é vinculado à Universidade.

Também queremos que o governo cumpra a Lei 1.080/2008 (que rege os administrativos do estado). Isso porque o governador insiste em não respeitar o vínculo entre Centro e Unesp, além do fato de que, na greve de 2014, o próprio Alckmin estabeleceu como parâmetro para os administrativos do Centro a equiparação salarial à Lei 1.080/2008, com 100% do Prêmio de Desempenho Individual (PDI).

### Extensão da titulação a todos

Em julho de 2016, os professores tiveram direito a uma promoção especial, por titulação. Desde a implantação da carreira (em 2014), quando essa promoção foi definida, o Sinteps vem insistindo com o Centro e o governo para estendê-la aos administrativos e auxiliares docentes, para fazer justiça a estes segmentos e garantir um tratamento isonômico a todos os trabalhadores da instituição.

Em 2016, junto com o projeto de lei que

pede a equiparação salarial dos administrativos à Lei 1.080/2008, o Sindicato também elaborou um projeto de lei propondo a extensão da promoção por titulação aos administrativos e auxiliares docentes, inclusive provando que o impacto financeiro seria ínfimo para o governo. Até o momento, no entanto, este projeto continua parado nas gavetas do governo.

### Benefícios

Implantação do Plano de Saúde institucional (conquistado na carreira em 2014, mas condicionado à existência de recursos); auxílio alimentação de R\$ 850,00 para todos (além do 'vale coxinha'); auxílio creche (valor de mercado); auxílio combustível igual ao vale transporte; licença maternidade de 180 dias para todas, entre outros.

### Revisão da Carreira nos itens:

- . Enquadramento por titulação em 2017 para auxiliares de docente e técnico-administrativos;
- . Instituição do 3º nível para as funções de escolaridade de nível Básico;
- . Implantação da jornada para os docentes (10, 20, 30 e 40 horas);
- . Fim das avaliações de desempenho, com respeito à antiguidade – de 2 em 2 anos;
- . Fim do interstício para as titulações e respeito à lei da carreira;
- . Política salarial: retorno da aplicação dos índices de reajuste definidos pelo Cruesp;
- . Respeito à Sexta-Parte;
- . Aumento das letras em função da existência de trabalhadores com mais de 30 anos de serviço;
- . Aumento das referências para todas as tabelas, de modo a garantir as titulações de doutorado (ETECs), mestrado (administrativos e auxiliares docentes) e pós-doutorado (FATECs).

### Redemocratização do Ceeteps

Queremos eleições diretas e paritárias (peso igual para os três segmentos) em todos os níveis (Superintendência, diretores de unidade, coordenadores). Também queremos ampliar e garantir a participação paritária da comunidade, por meio de eleições diretas, no Conselho Deliberativo da autarquia.



A íntegra da Pauta de Reivindicações 2017 está no item "Fique por dentro" – "Data-base 2017".

## Não ao fechamento de cursos

O fechamento de cursos, quase sempre em prejuízo à comunidade, aos professores e alunos, vem se tornando problema recorrente no Centro. Considerando que a instituição não investe na divulgação dos cursos das ETECs e FATECs – o que deveria ocorrer sistematicamente, pois parte da população sequer sabe que são gratuitos e de boa qualidade – e nem garante as condições necessárias para o seu bom funcionamento, não é justo que simplesmente os feche.

Neste sentido, foi incluído na Pauta 2017 um item específico sobre isso:

**Manutenção dos cursos nas ETECs e FATECs** – O Ceeteps deverá promover a ampla divulgação (jornais, TVs, revistas, rádios, mídias sociais etc.) dos cursos, das datas de vestibular e vestibulinho, das isenções, sobre a gratuidade e qualidade de ensino nas ETECs e FATECs, proporcionando material de divulgação para as unidades, bem como recursos para o trabalho de divulgação local.

**§ 1º** - Os critérios para possíveis fechamentos de cursos deverão ser amplamente divulgados, ser acompanhados por um período de três anos e, neste tempo, a comunidade escolar deverá encontrar soluções para melhorar os indicadores dos cursos em acompanhamento. A decisão de fechamento do curso se dará pelo Conselho de Escola ou pela Congregação, se ETEC ou FATEC, respectivamente.

**§ 2º** - O papel social da escola pública deve ser o norteador para o Ceeteps no estabelecimento dos critérios de fechamento, bem como para os critérios de ingresso, adotando a relação 1/1 nos vestibulares e vestibulinhos e 50% +1 de concluintes.

**Atenção:** Se há ameaça de fechamento de curso na sua unidade, e a comunidade interna e externa considera que isso não deveria ocorrer, a direção do Sinteps orienta a realização de algumas iniciativas: produção de abaixo-assinado, coleta do apoio de vereadores, prefeito e deputados da região. Caso seja esta a situação em sua unidade, informe o Sinteps pelo e-mail [sinteps@uol.com.br](mailto:sinteps@uol.com.br), para mais orientações.

# Tem dinheiro para atender nossas reivindicações? Os dados disponibilizados pelo governo mostram que sim!

O Sinteps realiza o acompanhamento do orçamento do estado de SP todos os anos.

Como ocorre anualmente, o governador encaminha uma proposta de orçamento estadual, que precisa ser apreciada e votada pelos deputados estaduais na Assembleia Legislativa de SP. Nessa proposta de orçamento, o governo prevê quanto irá ter de receitas para o exercício fiscal.

No quadro abaixo, você pode constatar que, ano após ano, o governo arrecadou mais recursos do que previu. Então, onde foi parar esse dinheiro?

*Obs: O Sindicato analisa apenas o período de governo de Geraldo Alckmin.*



Ano	LOA - Lei Orçamentária Anual (R\$)	Arrecadado Secretaria da Fazenda (R\$)	DIFERENÇA
2011	140.723.564.343,00	159.225.823.532,20	<b>18.502.259.189,20</b>
Lei 14.309/10			
2012	156.698.055.050,00	172.866.153.793,43	<b>16.168.098.743,43</b>
Lei 14.675/11			
2013	173.448.364.017,00	196.875.515.667,48	<b>23.427.151.650,48</b>
Lei 14.925/12			
2014	189.112.038.732,00	209.486.514.330,74	<b>20.374.475.598,74</b>
Lei 15.265/13			
2015	204.879.492.272,00	218.966.501.139,32	<b>14.087.008.867,32</b>
Lei 15.646/14			
2016	207.169.365.868,00	218.622.576.688,26	<b>11.453.210.820,26</b>
Lei 16.083/15			
DIFERENÇA TOTAL DO PREVISTO EM LEI E O ARRECADADO ENTRE 2011 E 2016			<b>104.012.204.869,43</b>

## Escola sem Partido

# Liminar do STF derruba projeto em Alagoas

*"Pluralismo ideológico e a promoção dos valores da liberdade são assegurados na Constituição", afirma ministro*

Os defensores do programa "Escola sem partido" sofreram um forte revés. No dia 22/3/2017, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, suspendeu, em decisão liminar, a lei que cria o programa "Escola Livre", em Alagoas. A Lei 7.800/2016 havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa alagoana em abril de 2016. Seu objetivo: proibir a "prática de doutrinação política e ideológica, bem como quaisquer outras condutas por parte do corpo docente ou da administração escolar que imponham ou induzam aos alunos opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas". O texto aprovado ainda estabelecia o papel de fiscalização do estado e sanções para professores que o descumprirem.

A liminar concedida por Barroso é parte de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em

Estabelecimentos de Ensino - Contee, e que ainda será julgada no plenário do STF.

### Outros projetos

O projeto aprovado na Assembleia Legislativa de Alagoas tem origem no "Movimento Escola Sem Partido", idealizado pelo procurador paulista Miguel Nagib, em 2004. Seu foco é o combate ao que o autor chama de "a doutrinação política e ideológica em sala de aula e nos livros didáticos".

A liminar concedida pelo STF, derrubando a aplicação da Lei 7.800/2016 em Alagoas, é importante para frear projetos semelhantes que tramitam em vários estados e municípios.

### Trechos da sentença do ministro Barroso

"Quanto maior é o contato do aluno com visões de mundo diferentes, mais amplo tende

a ser o universo de ideias a partir do qual pode desenvolver uma visão crítica, e mais confortável tende a ser o trânsito em ambientes diferentes dos seus. É por isso que o pluralismo ideológico e a promoção dos valores da liberdade são assegurados na Constituição e em todas as normas internacionais antes mencionadas, sem que haja menção, em qualquer uma delas, à neutralidade como princípio diretivo.

(...) A própria concepção de neutralidade é altamente questionável, tanto do ponto de vista da teoria do comportamento humano, quanto do ponto de vista da educação. Nenhum ser humano e, portanto, nenhum professor é uma "folha em branco". (...) A própria concepção que inspira a ideia da "Escola Livre" - contemplada na Lei 7800/2016 - parte de preferências políticas e ideológicas."



A íntegra da sentença do ministro Barroso está no site do Sinteps, em "Fique por dentro" - "Escola sem Partido"



## Reforma da Previdência

# Lute agora ou fique sem futuro!

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, contendo as propostas do governo ilegítimo de Michel Temer para reformar a Previdência, traz um amplo ataque ao direito à aposentadoria de todos os trabalhadores brasileiros.

Dificultando o acesso à aposentadoria para uma ampla maioria, o objetivo é beneficiar os grandes bancos e seguradoras, ávidos por ampliar seus negócios com a previdência privada.

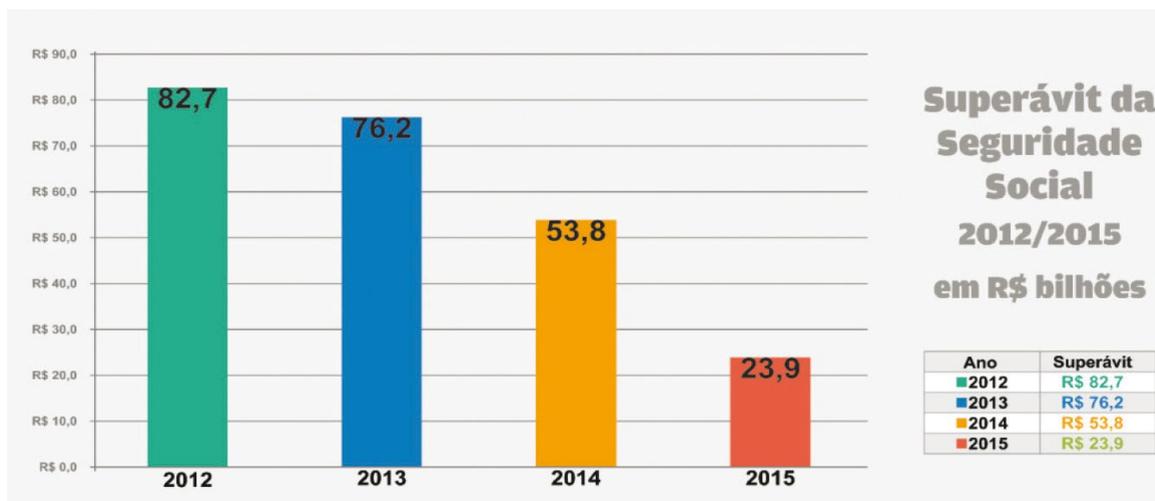
A crescente reação popular, expressa nas grandes manifestações de 15 e 31 de março, e na iminência de uma greve geral em 28 de abril, conseguiu diminuir o ritmo acelerado da tramitação da PEC 287/2017, mas ainda não foi suficiente para derrotá-la. Com dificuldades para controlar sua própria base no Congresso – que teme se queimar com seus eleitores, ao mesmo tempo em que espera aumentar seu poder de barganha por cargos e verbas públicas – Temer sinaliza com algumas alterações na PEC 287/2016, como a redução da idade mínima para as mulheres, mas que não modificam expressivamente o projeto (*leia mais sobre isso na pág. 8*)

### Servidores continuam ameaçados, sim!

Logo após as manifestações de 15/3, Temer foi à imprensa anunciar que estava “retirando” da reforma da Previdência os servidores estaduais e municipais. O objetivo ficou claro: tentar dividir os trabalhadores e enfraquecer a reação. Nos estados e municípios, a reforma ficaria a cargo de governadores e prefeitos, que certamente completarão a tarefa de Temer rapidamente, que é destruir nossos direitos previdenciários e abrir o “mercado” para os grandes bancos e seguradoras.

Se realmente tirar os servidores municipais e estaduais da reforma neste primeiro momento (ressalte-se que, até o momento, Temer não alterou nada no projeto enviado ao Congresso), um primeiro aspecto importante: os servidores celetistas continuariam “incluídos” na reforma geral. No Centro Paula Souza, por exemplo, uma maioria esmagadora é celetista. Neste momento, portanto, estariam de fora somente os estatutários... mas por pouco tempo.

De acordo com o Jornal Valor Econômico, de 28/3/2017, caso decida tirar os servidores federais e municipais da reforma neste primeiro momento, o governo já tem elaborada uma emenda, definindo que os estados e municípios terão seis meses para se adequar. Se não o fizerem, passam a valer automaticamente as regras contidas na reforma geral.



Ou seja: devemos prosseguir e ampliar nossa resistência contra a reforma agora! Ou não teremos mais o direito da aposentadoria!

### Rombo! Que rombo?

O grande argumento utilizado pelo governo golpista para a necessidade de reformar a Previdência é a existência de um “rombo” nas

contas do órgão – que teria sido de R\$ 85,8 bilhões em 2015. A justificativa não passa de uma farsa, fruto de manipulação de dados pelo governo federal, conforme mostra vídeo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Confira o vídeo *site* do Sinteps.

O vídeo explica que a Previdência Social, assim como a Saúde e a Assistência Social, fazem parte da Seguridade Social. Os recursos da Seguridade Social vêm das contribuições de empregados, empregadores, impostos e receitas da União. Somando-se todos esses recursos, a Seguridade Social tem superávit, ou seja, recebe mais do que gasta. Em 2014, a arrecadação da Seguridade Social foi de R\$ 686 bilhões, contra um gasto de R\$ 632 bilhões. Veja no quadro acima o superávit nos anos de 2012 a 2016.



No site do sinteps, acesse link criado por movimentos sociais, que permite enviar e-mail para todos os deputados federais.

### Presidente do Senado entre os grandes devedores

A Confederal Vigilância e Transporte de Valores, empresa ligada ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deve ao menos R\$ 8,478 milhões à Previdência, segundo informações públicas constantes no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O levantamento foi feito pelo Portal News Atual ([www.newsatual.com](http://www.newsatual.com)). Como presidente do Senado, caberá a Oliveira conduzir a votação das reformas trabalhista e da Previdência na Casa.

O site da PGFN traz a lista dos 500 maiores devedores da Previdência Social. Na maioria dos casos, são empresas que descontam os valores de seus funcionários, mas não os repassam à União. Em vez de cobrá-las, o governo Temer volta suas baterias contra a população trabalhadora.



Confira a lista dos devedores no site do Sinteps, em "Fique por dentro" - "PEC 287/2016".





*Exterminador do futuro*

## Fim do Ciência sem Fronteiras na graduação

O governo golpista promoveu mais um retrocesso na educação e acabou com as bolsas de graduação do programa Ciência Sem Fronteiras.

Criado em 2011, no primeiro governo Dilma, o programa tinha por meta impulsionar a formação de cientistas brasileiros, promovendo a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade nacional por meio do intercâmbio. Desde então, foram concedidas 92 mil bolsas (investimento de R\$ 12 bilhões) para alunos de graduação estudarem por um período delimitado em universidades do exterior.

*Os amigos de Temer*

## Itaú ganha perdão em dívida de R\$ 25 bilhões

Por 5 votos a 3, o Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) decidiu que o Itaú não precisa pagar impostos no processo de fusão com o Unibanco. Isso significa um prejuízo de R\$ 25 bilhões para a Receita Federal. A decisão foi tomada em reunião do órgão no dia 10/4/2017. Vinculado à Receita Federal, o Carf julga recursos contra a cobrança de multas e tributos. A notícia foi veiculada pelo Portal Poder 360 ([www.poder360.com.br](http://www.poder360.com.br))

*Surfando na onda (1)*

## Governo ensaia privatização no Centro

O governo do estado de São Paulo tenta aproveitar a onda reacionária e retrógrada que inunda o país neste mo-

mento para impor um velho projeto tucano: privatizar o Centro Paula Souza. Uma tentativa concreta, neste sentido, foi denunciada e barrada no final de março.

Na surdina, foi enviada ao Conselho Estadual de Educação (CEE/SP) uma "Consulta sobre cobrança de mensalidades no Ceeteps", que seria pautada na reunião do órgão de 29/3/2017.

O Diretório Central de Estudantes (DCE) das FATECs do Centro denunciou o fato e, com o apoio do Sinteps, convocou uma manifestação pública no local onde ocorreria a reunião, em São Paulo. A mobilização surtiu efeito imediato. No dia 28/3, a superintendente do Centro, professora Laura Laganá, contactou as duas entidades para informar que havia retirado a "consulta" da pauta do CEE/SP. Procurando amenizar o fato, também disse que a "consulta" relacionava-se "apenas" aos cursos de especialização das FATECs.

O Sinteps parabeniza o DCE pela mobilização! Não vamos aceitar a privatização de nenhum curso nas ETECs e FATECs!

*Surfando na onda (2)*

## Polícia na FATEC Ipiranga

Ao tentar conversar com os alunos da FATEC Ipiranga, na noite de 29/3, o presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) das FATECs, Henrique Domingues, acabou sendo preso. Ele e outros membros do DCE estavam na unidade para falar sobre o congresso da entidade e outros assuntos de interesse do segmento. Chamada pela diretoria da FATEC Ipiranga, a polícia agiu de forma truculenta e arbitrária, uma vez que os diretores do DCE têm autorização do Centro Paula Souza para abordar os alunos nas dependências de todas as FATECs.

Vale lembrar que a FATEC Ipiranga "ganhou" o nome do Pastor Enéas Tognini, por determinação do governador Alckmin, no início deste ano. Tognini é fundador da Igreja Batista do Povo (IBP) e ficou famoso pelo apoio irrestrito ao regime militar. O Sindicato espera que a direção da FATEC Ipiranga não se inspire no nome dado à unidade para agir contra a comunidade. O Sinteps divulgou nota de repúdio contra o ocorrido. O mesmo foi feito por um grupo de professores da FATEC Ipiranga.

## Vem aí o VIII Congresso dos Trabalhadores do Centro

A instância organizativa mais importante do nosso Sindicato é o congresso ordinário da categoria. É nele que delegados e observadores reúnem-se para discutir a conjuntura política e sindical, os caminhos e descaminhos da educação profissional e tecnológica, fazer balanços da atuação da entidade e traçar planos de luta para o período seguinte. Desde que a entidade foi criada, em 1993, sete congressos foram realizados. O próximo acontece em julho de 2017, nos dias 12 a 16, na cidade de Nazaré Paulista.

É importante que os trabalhadores do Centro participem ativamente do processo de preparação do Congresso e, também, durante a sua realização. Nossa categoria vive um momento de intensificação das lutas específicas (por melhores salários condições dignas de trabalho) e gerais (contra as reformas da previdência e trabalhista e contra a terceirização).

Abaixo, o edital de convocação do evento.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2017

A Presidente do SINTEPS – Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, em conformidade com os artigos 27 e 44, alínea b do Estatuto Social da Entidade, convoca o VIII Congresso da Categoria, com a seguinte programação:

**Data:** de 12 a 16 de julho de 2017

**Local:** Hotel Estância Atibainha, Rodovia Dom Pedro II, Km 55 – Cidade de Nazaré Paulista, São Paulo

**Temas:**

- I – Conjunturas Internacional, Nacional e Estadual
- II – Trabalhadores do CEETEPS: direitos, reivindicações e lutas
- III – Reformulações Estatutárias do Estatuto Social do SINTEPS
- IV – Plano de Lutas do SINTEPS

**Calendário:**

- Inscrição de Delegados e Observadores: de 24 de abril a 31 de maio de 2017;
- Deferimento das Inscrições: 31 de maio de 2017;
- Recursos: 01 de junho de 2017;
- Homologação das Inscrições: 02 de junho de 2017;
- Eleição de Delegados: 05 a 07 de junho de 2017;
- Deferimento das Eleições: 08 de junho de 2017;
- Recursos: 09 de junho de 2017;
- Homologação das Eleições: 12 de junho de 2017;
- Entrega das Teses: até 20 de junho de 2017;
- Divulgação do Caderno de Teses: até 03 de julho de 2017;
- Discussão das Teses nas unidades: até o dia 11 de julho de 2017;
- Congresso: de 12 a 16 de julho de 2017.

**OBS:** As demais informações sobre eleição de delegados, inscrição de observadores, prazo de entrega de teses serão divulgadas em Boletim Específico do VIII Congresso do SINTEPS.

São Paulo, 19 de abril de 2017.

Silvia Elena de Lima (Presidente do SINTEPS)

RG 8470347 - 7

# GREVE GERAL

## 3 GRANDES MOTIVOS PARA CRUZAR OS BRAÇOS DIA 28/4

### 1) Reforma da Previdência: O governo quer que a gente morra de trabalhar sem se aposentar

O projeto de emenda constitucional (PEC) 287/2016, contendo as propostas do governo para a reforma da Previdência, contém:

- Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
- 49 anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral;
- Redução do valor geral das aposentadorias;
- Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
- Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo;
- Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;
- Exclui as regras de transição vigentes;
- Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte;
- Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
- Fim das condições especiais para a aposentadoria dos professores;
- Exigência de contribuição mínima de 25 anos para ter acesso a previdência.

#### Em tempo

No fechamento desta edição, em 18/4, na tentativa de amenizar as pressões, o relator da Reforma da Previdência na comissão especial, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), anunciou a intenção de introduzir algumas poucas mudanças na proposta original, como é o caso da redução da idade mínima da mulher para 62 anos e o tempo de 40 anos de contribuição para aquisição da aposentadoria integral.

### 2) Reforma trabalhista: Fim de direitos históricos

O governo Temer pretende acabar com direitos históricos da classe trabalhadora, que hoje são lei, garantidos na CLT. Passaria a valer

o “negociado” sobre o “legislado”, ou seja, um simples acordo entre patrão e sindicato bastaria para ignorar os direitos garantidos em lei.

- Férias e jornada ameaçadas: Estão ameaçadas as férias de 30 dias, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, entre outros.

- Trabalho temporário: O trabalho ficará ainda mais desregulamentado. O contrato de trabalho temporário passará a ter vigência de 4 meses e poderá ser prorrogado por igual período.

#### Em tempo

No fechamento desta edição, em 18/4, o governo sofreu uma derrota importante na Câmara. Na tentativa de confundir o cenário e amenizar as reações populares, Temer protocolou pedido de urgência na votação da Reforma Trabalhista, para aprová-la a toque de caixa, antes da reforma da Previdência. Foram 230 votos pela urgência, número insuficiente para a aprovação (257) e 163 contrários.

### 3) Terceirização: Precarização total sobre o trabalho

O projeto de lei 4.302, aprovado na Câmara Federal, impõe superexploração à classe trabalhadora brasileira com a legalização da terceirização nas atividades fim. É o “liberou geral” da precarização! O que vai ocorrer, de fato, é uma onda de demissões de trabalhadores contratados pela CLT para posterior contratação terceirizada. Na prática, significa trabalho com salários mais baixos, maior jornada, menos direitos trabalhistas e péssimas condições de trabalho, resultando em maior número de aci-



dentos, de doenças (estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo entre outros) e de mortes por acidente de trabalho.

“O projeto levará a um comprometimento significativo dos direitos trabalhistas, com perda de massa salarial e de segurança para o trabalhador. Situações que hoje oprimem certas categorias podem ser universalizadas e o Judiciário não terá condições de processar e julgar todas as ações trabalhistas”, alerta o jornalista Leonardo Sakamoto, articulista do Portal UOL (22/3/2017). “No médio prazo, isso tende a rebaixar salários médios em todos os setores”, completa.

Sakamoto cita levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostrando que, em média, um trabalhador terceirizado recebe um salário 24% menor do que um não terceirizado.

A lista de males continua. Ainda segundo a pesquisa do Dieese, os terceirizados trabalham em média três horas a mais do que os contratados, fazendo com que eles recebam menos, trabalhando mais e em condições mais precárias.

#### Aprovou a paralisação em 28 de abril? Informe urgente o Sinteps

Se a paralisação foi aprovada na sua unidade, é preciso informar o Sinteps, pelo e-mail [sinteps@uol.com.br](mailto:sinteps@uol.com.br). Informe também se o pessoal da unidade vai compor com outras categorias em atividades conjuntas neste dia. Isso é importante para que, após o dia de greve, o Sindicato negocie a reposição e o pagamento do efetivo exercício para todos, assim como ocorreu em 15/3.

Também para [sinteps@uol.com.br](mailto:sinteps@uol.com.br), mande fotos das atividades no seu município no dia 28/4, para divulgarmos!

